

# Importância do marco jurídico para o ambiente de negócios no Brasil

---

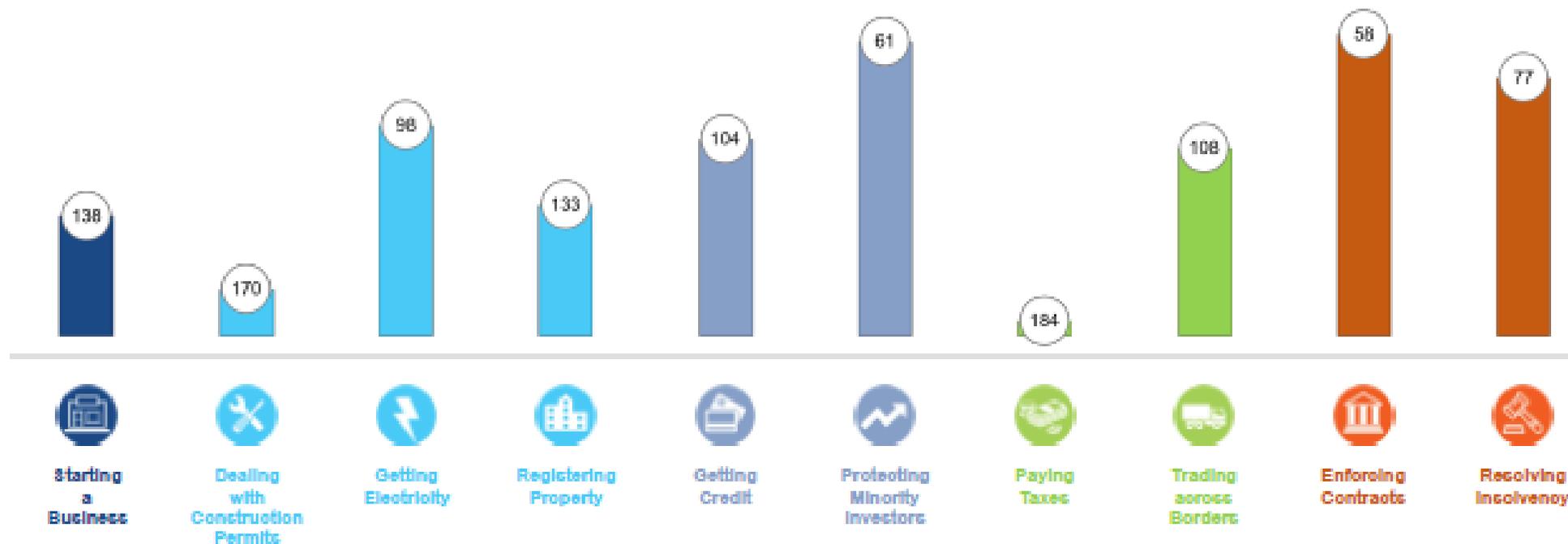
Ana Paula Martinez  
29 de setembro de 2021 - Insper

**LEVY & SALOMÃO**  
ADVOGADOS

# Diagnóstico

---

# Sub-Rankings do *Doing Business* (Brasil)



Brasil é o pior rankeado entre os BRICS e os países do Mercosul  
(posição geral no ranking: 124 de 190 países)

# Problema 1: Proliferação normativa

Em 31 anos de Constituição Federal de 1988...



Mais de **6 milhões** de normas foram editadas

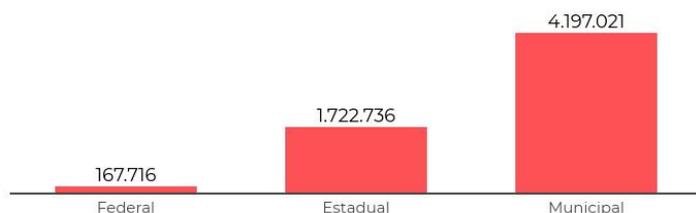


O termo "direito" aparece em **22%** das normas editadas



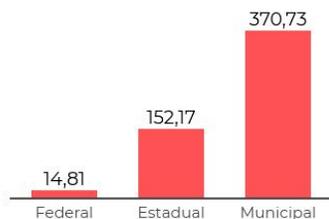
Somente **4,15%** das normas editadas no período não sofreram nenhuma alteração.

## NORMAS GERAIS



## Média de normas gerais editadas

POR DIA



POR DIA ÚTIL



Fonte: IBPT, Quantidade de normas editadas no Brasil, 2019, <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2019/10/art20191025-11.pdf>



Fonte: [https://www.gov.br/pt-br/constituicao-30-anos/banners/5binfo-5d-30-anos\\_fatosemarcos\\_2-1.png/view](https://www.gov.br/pt-br/constituicao-30-anos/banners/5binfo-5d-30-anos_fatosemarcos_2-1.png/view)



250 artigos e 110 emendas em pouco mais de 30 anos (Brasil)  
X  
7 artigos e 27 emendas em mais de 200 anos (EUA)

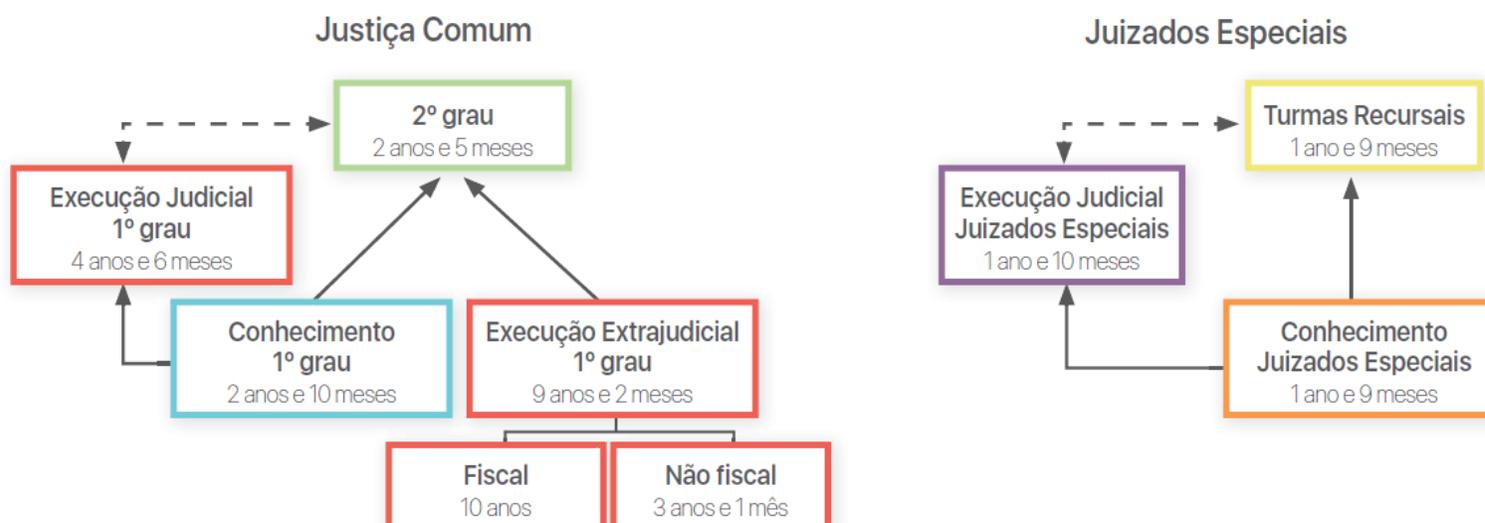
## Problema 2: Morosidade judicial



## Problema 2: Morosidade judicial (1/2)



Tempo médio do processo baixado na Justiça Federal

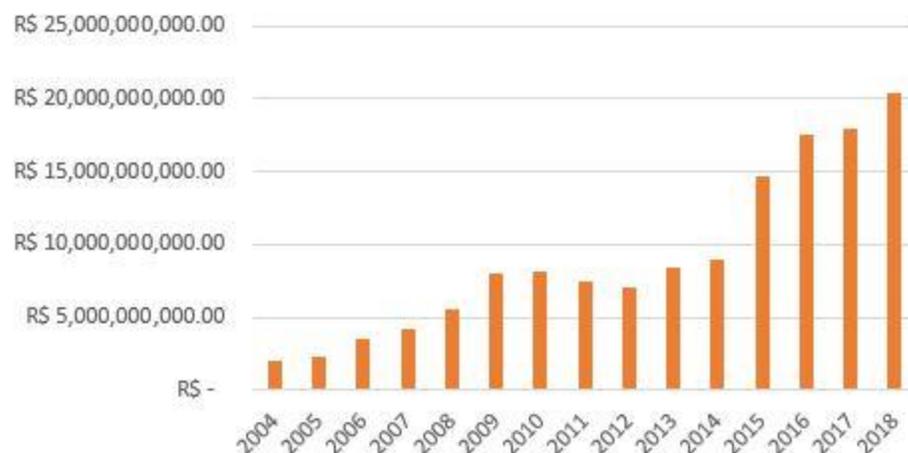


O Poder Judiciário finalizou o ano de 2019 com 77,1 milhões de processos em tramitação, que aguardavam alguma solução definitiva. Tal número representa uma redução no estoque processual, em relação a 2018, de aproximadamente 1,5 milhão de processos em trâmite, sendo a maior queda de toda a série histórica contabilizada pelo CNJ, com início a partir de 2009.

Em janeiro de 2021, o STF tinha pouco mais de 25 mil processos pendentes de julgamento enquanto que a Suprema Corte norte-americana tinha menos do que 100

## Problema 2: Morosidade judicial (2/2)

Evolução do Pagamento de Precatórios Federais  
nos últimos 13 anos



Fonte: <https://blog.meuprecatorio.com.br/evolucao-do-pagamento-de-precatorios-federais/>

Precatórios são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, valores devidos após condenação judicial definitiva (acima de 60 salários mínimos).

**Os precatórios federais somam R\$89 bilhões em 2022. PEC prevê parcelamento dos precatórios em nove anos, além de criar um teto de pagamento com base na porcentagem da receita líquida corrente...**

# Problema 3: Conflito de Competência

“(…) Em todos esses acordos firmados ao longo da vigência da lei, não houve uma interação efetiva entre as diversas entidades envolvidas, que favorecesse o estabelecimento de uma estratégia de otimização em prol do poder público, seja com o compartilhamento de informações, seja com a consideração de todos os aspectos envolvidos ao longo do processo negocial.

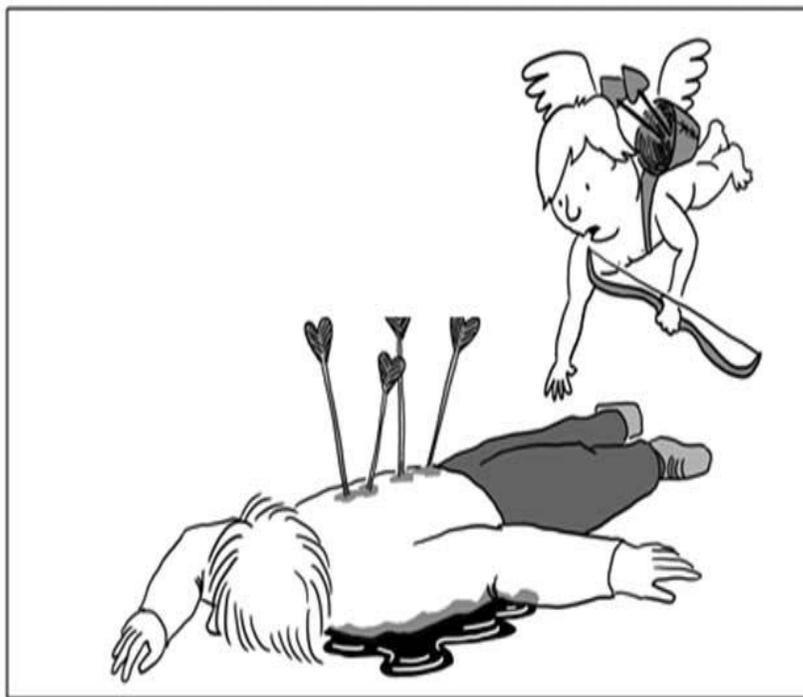
As tratativas realizadas culminaram com a elaboração de uma minuta de ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA a ser celebrado, sob coordenação do Supremo Tribunal Federal, pelo Tribunal de Contas Da União (TCU), pela Controladoria-Geral da União (CGU), pela Advocacia-Geral da União (AGU), pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP) e pelo Ministério Público Federal (PGR).”

TCU, Carta da Presidência, 5 de agosto de 2010,  
[https://www.migalhas.com.br/arquivos/2020/8/961A7FF8E6BD68\\_AcordodeCooperacaoTecnicasobre.pdf](https://www.migalhas.com.br/arquivos/2020/8/961A7FF8E6BD68_AcordodeCooperacaoTecnicasobre.pdf)

## Problema 4: Atuação do TCU

“A hipertrofia do controle gera o que estudiosos vêm chamando de “apagão decisório”, e eu denomino “infantilização da gestão pública”. Agências reguladoras e gestores públicos em geral têm evitado tomar decisões inovadoras por receio de terem seus atos questionados. Ou, até pior, deixam de decidir questões mezinhas à espera de aval prévio do tribunal.”

Bruno Dantas, Ministro do TCU



...Hello? Gary?

“A sensação é a de que o comportamento dos agentes públicos hoje obedece a um algoritmo simples: Faça o máximo que puder, desde que nada seja assinado, formalizado, ou sujeito à revisão. Como resultado desse ambiente, o Brasil está parando. Temos reguladores que não regulam, bancos públicos que não reestruturam dívidas, fundos públicos que não vendem ativos. (...). Esse imobilismo dos órgãos da administração pública está custando extremamente caro à economia.”

Daniel Goldberg, investidor

# Soluções

---

# Mediação, Conciliação e Arbitragem

Em 2019, 3,9 milhões de sentenças homologatórias de acordos foram proferidas pela Justiça brasileira, o que representa que 12,5% de processos judiciais foram solucionados via conciliação (fonte: CNJ).

## DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCEDIMENTOS ARBITRAIS ADMINISTRADOS PELA INSTITUIÇÃO

JÁ CONCLUÍDOS NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS, CONTADA DA ASSINATURA DO TERMO DE ARBITRAGEM

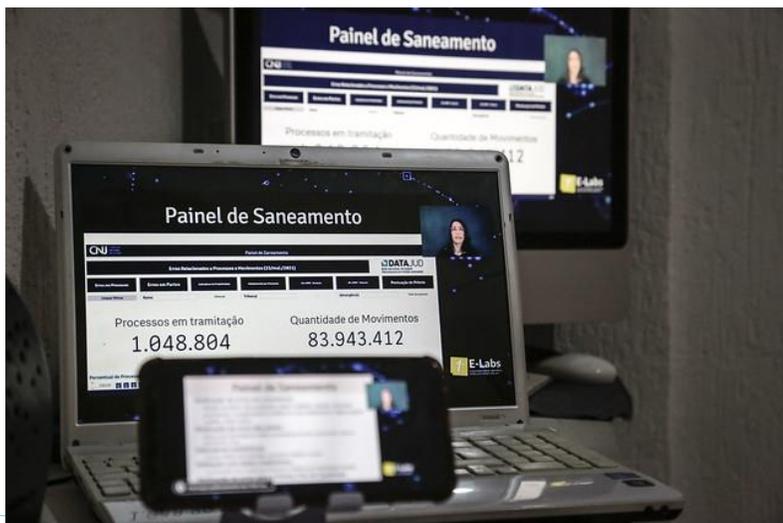
OAB / SP → 3 anos, 1 mês e 29 dias	CAESP → 15 meses
Câmara Portuguesa → 84 meses	ARBITAC → 14,8 Meses
FGV → 26 meses e 9 dias	CAMES Brasil → 11 meses
CAM-CCBC → 24 meses	CBMAE → 11 meses
Ciesp/Fiesp → 23,1 meses	IMAB → 9 meses
CCI → 19 a 21 meses	ConciliarBrasil → 2 meses e 15 dias
CAMARB → 19 meses	8ª Câmara Arbitral → 2 meses e 10 dias
CAM → 18 meses	CMAA → N/A
CAMFIEP → 16 meses	CBMA → Informação não disponível
CAMNORTE → 1 ano e 3 meses	LCIA → Não informado
AMCHAM → 15 meses	

Fonte: CESA, Anuário da Arbitragem no Brasil, 2018,  
<http://www.cesa.org.br/media/files/Anuario2018Arbitragem.PDF>



“Considerando os efeitos da judicialização em massa das disputas envolvendo contratos empresariais e demandas societárias diretamente relacionadas à pandemia” (...)  
Projeto Piloto de Mediação Empresarial - TJSP

# Inovação



 **BALCÃO VIRTUAL**

 **DATAJUD**  
BASE NACIONAL DE DADOS  
DO PODER JUDICIÁRIO

**SÚMULA VINCULANTE**  
**O que é?**

É a **jurisprudência** que, na prática, **obriga a administração pública**, juízes e tribunais de todo o país a **seguirem seu conteúdo**

Art. 103-A da Constituição Federal



CNJ

**18<sup>o</sup>** Prêmio Innovare

Inscrições de **1<sup>o</sup> de março a 30 de abril**

Acesse o site [www.premioinnovare.com.br](http://www.premioinnovare.com.br), leia o regulamento e preencha a ficha de inscrição.

**REPERCUSSÃO GERAL**

Número de processos com Repercussão Geral julgados pelo STF (2008 – 2020)



# Inovação

## NOTÍCIAS



**STF decide que redução de mensalidades escolares no RJ durante a pandemia é inconstitucional**  
(/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=473238&ori=1)

Acompanhado por unanimidade, o ministro Ricardo Lewandowski entendeu que a lei estadual invadiu competência da União para legislar sobre Direito Civil.



**Supremo barra exigência de justificativa de ausência para isenção de taxa no Enem 2021**  
(/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=472449&ori=1)

O Plenário entendeu que, em razão da pandemia, a exigência é ilegítima e irrazoável. O prazo para requerer a isenção será reaberto.



**Bahia pede mais de um milhão de doses de vacina para compensar defasagem no plano nacional**  
(/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=471627&ori=1)

Em ação no STF, o estado afirma que o déficit de doses prejudica a implementação do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação (PNOV) e agrava o risco à população baiana.

## STJ no Combate ao Coronavírus



### BALCÃO VIRTUAL

Atendimento remoto de segunda a sexta, das 13h às 18h. Visite o [hotsite](#).



**Sustentação oral nas sessões realizadas por videoconferência:**

Inscreva-se até 24h antes do dia da sessão por meio [deste formulário](#).



Como parte das medidas adotada pelo STJ para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus, informamos que o STJ está trabalhando de forma 100% remota. Conheça a legislação de trabalho remoto, saiba como acessar cada serviço e as ações do Tribunal.

Como fica o atendimento Judicial no STJ  
[Guia de Cuidados da Secretaria de Segurança](#)

**Atenção:** Se você é servidor do STJ, clique aqui para orientações da SIS

[Contato dos Gabinetes de Ministros durante a quarentena](#)

[Atos normativos:](#)

Mais de

**15 milhões** de atos processuais

COMPROMISSO

Produtividade das 1ª e 2ª instâncias do Judiciário mineiro de 16/3 a 23/6 de 2020, em trabalho remoto em função do coronavírus:

1.412.498  
despachos

15.432.744  
atos processuais executados  
por magistrados e servidores

27.362  
audiências  
realizadas

726.905  
decisões e  
sentenças

512.308  
baixas

12.753.671  
movimentações  
realizadas por  
servidores

384.158  
novos feitos  
distribuídos

#ajusticiãopara

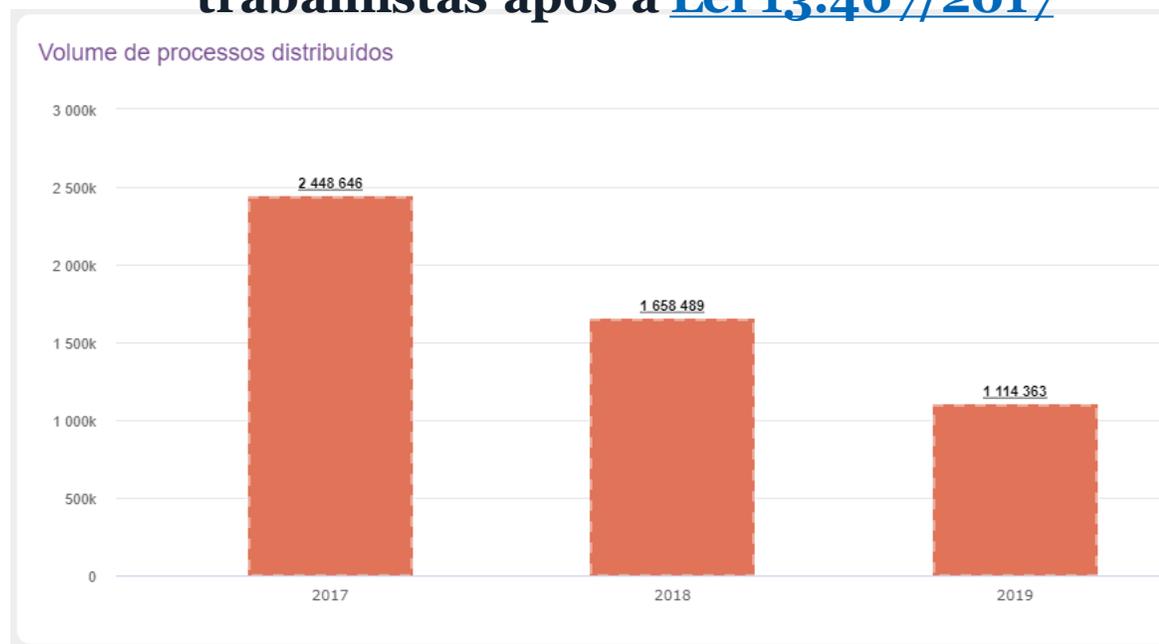


AMAGIS  
ASSOCIAÇÃO  
DOS MAGISTRADOS  
MINEIROS

Fonte: TJMG

# Alteração Legislativa

## Redução drástica no número de novos processos trabalhistas após a [Lei 13.467/2017](#)



Fonte: <https://blog.datalawyer.com.br/reforma-trabalhista-impacto-advocacia/>

Em fevereiro de 2021, foi apresentado na Câmara dos Deputados o [PL 409/2021](#), que prevê o fim da exigência de honorários sucumbenciais em processos trabalhistas...

ADI 5.766, proposta pela Procuradoria-Geral da República, que questiona três artigos da Lei 13.467/2017, está com julgamento previsto para outubro de 2021.

# Aprimoramento do Ambiente de Negócios

- ✓ **Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019)**
  - Garantias de Livre Iniciativa;
  - Análise de Impacto Regulatório;
  - Matérias Tributárias Pacificadas
- ✓ **Lei do Ambiente de Negócios (Lei nº 14.195/2021)**
  - Facilitação para abertura de empresas;
  - Proteção de acionistas minoritários nas sociedades anônimas;
    - Facilitação do comércio exterior;
    - Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (SIRA);
      - Obtenção de eletricidade;
  - Desburocratização empresarial e da prescrição intercorrente;
    - Racionalização processual (citação por email, etc).
- ✓ **Marco Legal das Startups (Lei Complementar nº 182/21)**
  - Faturamento de até R\$ 16 milhões;
  - Tempo de exercício de até 10 anos;
- Modelo de negócios sujeito ao Inova Simples, ou declaração, no ato constitutivo, de atuação como modelo de negócio inovador.

# Outras reformas



**Reforma  
Administrativa**

**Reforma  
Tributária**

**Ana Paula Martinez**

amartinez@levysalomao.com.br

+55 11 3555.5059

OAB-SP 223.645 | BAR-NY